



DOS ENCONTROS, DOS TRAJETOS E DAS MEMÓRIAS: A LÍNGUA MACUXÍ COMO CAUSA E OS ACERVOS COMO CONSEQUÊNCIAS NO RIO GRANDE DO SUL E EM RORAIMA

OF ENCOUNTERS, JOURNEYS AND MEMORIES: THE MACUXÍ LANGUAGE AS A CAUSE AND THE COLLECTIONS AS CONSEQUENCES IN RIO GRANDE DO SUL AND RORAIMA

Elionete de Castro Garzoni (UERR/PPGGeografia-Unicamp)¹
elionete.garzoni@uerr.edu.br

Laísa Fernandes Tossin (UFRR)²
laisatossin@gmail.com

Marcos Maciel Lima Cunha (UFRR)³
macuximacuxi@gmail.com

RESUMO: O presente artigo nasceu de um encontro! Na época que antecedeu à Pandemia de Covid-19, quando os eventos eram presenciais e podíamos nos deslocar pelo planeta a fim de encontrar interlocutores de nossas pesquisas, angústias e causas. Desde Brasília, DF, para rememorar vivências ocorridas nos pontos extremos do país: Rio Grande do Sul e Roraima, em diferentes épocas históricas e que, como legado, aproximaram nossas pesquisas. Estávamos, de alguma forma, refazendo o percurso anteriormente efetuado pela linguista Neusa Carson, que na década de 1980 trabalhou com a língua indígena Macuxí, de origem Carib. A professora gaúcha cruzou o país para trabalhar com a alfabetização bilingue em comunidades indígenas de Roraima. No extremo norte, por sua vez, o missionário Carlo Zacquini já atuava com os povos indígenas desde a década de 1960, e cuja vida e obra se materializam hoje no Centro de Documentação Indígena do Instituto Missionário da Consolata. Desses pontos tão remotos e aparentemente sem conexão, as memórias foram reavivadas e estimuladas quando, em 2019, durante o III CIPIAL, pesquisadores se encontram em novos diálogos sobre a memória e língua Macuxi. Que os relatos ora partilhados sejam estimuladores de novos projetos e de futuros encontros nesse território tão vasto e diverso que partilhamos.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Acervo; Língua Macuxí; Neusa Carson; Carlo Zacquini; Roraima

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, docente da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e pesquisadora no Centro de Documentação Indígena do Instituto Religioso dos Missionários da Consolata, em Boa Vista, RR, desenvolve pesquisa com os povos originários da Amazônia Setentrional.

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, dedica-se ao estudo do período colonial no Brasil e no Caribe, em especial, ao estudo das ideias linguísticas geradas nos séculos XVI e XVII pelas descrições das línguas indígenas americanas. Pesquisadora residente da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

³ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Roraima, bacharel em Gestão Territorial Indígena, pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima, atuou no Centro de Documentação Indígena do Instituto Religioso Missionários da Consolata, em Boa Vista, RR, de 2012 a 2021.



ABSTRACT: This article was born from a meeting! In the time before the Covid-19 pandemic, when events were held in person and we could travel around the world to find interlocutors for our research, concerns, and causes. From Brasília, DF, to recall experiences that occurred in the extreme points of the country: Rio Grande do Sul and Roraima, in different historical periods and that, as a legacy, brought our research closer together. We were, in a way, retracing the path previously taken by linguist Neusa Carson, who in the 1980s worked with the indigenous language Macuxí, of Carib origin. The teacher from Rio Grande do Sul crossed the country to work with bilingual literacy in indigenous communities in Roraima. In the far north, in turn, missionary Carlo Zacchini had already been working with indigenous peoples since the 1960s, and whose life and work are materialized today in the Indigenous Documentation Center of the Consolata Missionary Institute. From these remote and seemingly unconnected points, memories were revived and stimulated when, in 2019, during the III CIPIAL, researchers met in new dialogues about Macuxi memory and language. May the stories shared here stimulate new projects and future encounters in this vast and diverse territory.

KEYWORDS: Memory; Collection; Macuxi Language; Neusa Carson; Carlo Zaquini; Roraima

1. Dos encontros: o III CIPIAL

Foi no mês de julho. No Cerrado, o mês de julho é reconhecidamente um mês seco. Não chove. A poeira levanta e permanece no ar criando uma nuvem maravilhosamente vermelha que resplandece ao pôr do sol. O céu, tinindo de um azul clarinho, segura o sol incessante. Quase nada germina. Descendo a pé a rua que liga a Colina ao campus da Universidade de Brasília, me comprazia com a algazarra matinal dos passarinhos. A euforia deles anunciava a chegada de um sem fim de gentes para o 3º Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina. Dirigia-me feliz ao auditório Luís Carlos Lopes para o início das atividades do Seminário Temático *Historia indígena y archivos: trayectorias, materialidades, debates*, coordenado pela professora Lorena Rodríguez.

Muita expectativa rondava aquele evento. A apresentação de trabalhos interessantíssimos culminou com a presença, no último dia, da dupla Marcos Maciel Lima Cunha e Elionete de Castro Garzoni que expuseram sua experiência de pesquisa no arquivo do Centro de Documentação Indigenista (CDI) do Instituto Religioso Missionários da Consolata em Roraima. Entre a documentação arquivada no CDI, havia grande quantidade de informação da disputa pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, habitada pelos povos Ingarikó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana.



Marcos Cunha apresentou-se como integrante do povo Macuxi e expressou seu interesse na salvaguarda da memória da luta de seu povo em prol do reconhecimento de seus direitos e da história da demarcação da terra. Me emocionei. Havia passado um ano desde que eu tentara, inutilmente, entrar em contato com alguma instituição que estivesse interessada em conhecer as informações a respeito dos Macuxi, arquivadas no Centro de Documentação e Memória (CDM) do Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul, onde estivera fazendo um estágio de pós-doutorado. Eram cartilhas de alfabetização, documentação linguística, fotos, relatórios de pesquisa e teses com descrições da língua. Nunca havia conseguido uma resposta e, de repente, um Macuxi em pessoa, bem na minha frente, demonstrava interesse em arquivar a documentação da história de seu povo.

Iniciamos imediatamente um intercâmbio. Trocamos contatos, livros e amizade. Pouco tempo depois, durante o período de quarentena a que todos fomos submetidos, a ideia de organizar um pequeno evento online sobre Arquivos Indígenas nos aproximou novamente. Do evento, surgiu o dossiê e nos metemos em um trabalho a seis mãos, contar um pouco de como missionários e pesquisadores construíram por motivação própria acervos sobre a história das relações do povo Macuxi com a sociedade abrangente.

Mas o ato de narrar, seja o de uma narrativa acadêmica seja literária, traz em si sempre presente o ato de rememorar, embora não sejam o mesmo tempo, pois há entre eles um hiato. A rememoração vem impreterivelmente antes. Como matéria de reconstrução do passado, reinventa-o. A narrativa segue seus passos. Esse processo de reinventar e narrar o passado, às vezes, perturba seus encadeamentos, mal conduz a associação das ideias e respinga ficção em seu trajeto. Por ser tanto a mistura quanto a saturação da memória, deixa escorrer o tempo e move lembranças assim como se embaralham as fotos antigas guardadas em uma caixa.

Mas com isso saímos da matéria de que trata este artigo, porque temos que retornar aos nossos acervos, arquivos e memórias. Desta vez, ao acervo de uma linguista atuante na década de oitenta que reencontra, numa parte de seu caminho, outra linguista. Esta,



curiosa e bisbilhoteira, revirou papéis, manuscritos e artigos cuidadosamente arquivados no CDM, para trazê-los à luz neste artigo, em diálogo com o acervo ora denominado “Centro de Documentação Indígena”, do Instituto Religioso Missionários da Consolata que, apesar do vínculo institucional, nasceu, em grande medida, a partir do exercício de acumulação de documentos, papéis, audiovisuais e toda sorte de outros elementos, do missionário Carlo Zacquini.

2. Da trajetória: vida e obra de Neusa Carson

Neste momento, quero trazer a história de Neusa Carson, a linguista gaúcha que descreveu a língua Macuxi e iniciou o trabalho de alfabetização bilíngue nas aldeias por intermédio da Secretaria de Educação. Neusa nasceu em Colônia Conceição, no Rio Grande do Sul, em 1944, e faleceu em Santa Maria, em 16 de dezembro de 1987. Neusa Carson licenciou-se em Letras – Inglês pela Universidade Federal de Santa Maria em 1967. No ano seguinte, iniciou sua carreira como professora universitária na mesma instituição. Pouco tempo depois, em 1971, viajou aos Estados Unidos, pelo Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e Brasil, para adquirir seu *Master of Arts* na Ball State University como bolsista do programa Fullbright com a dissertação “*Bilingualism in Primary School Children*”.

Sua experiência com a educação bilíngue infantil foi fundamental para que ela desse início, em 1973, a pedido do Governo Federal e mediante convênio firmado entre a Universidade Federal de Santa Maria e a Secretaria de Educação do então Território Federal de Roraima, ao curso de formação de professores indígenas voltado para a alfabetização das crianças indígenas nos moldes da educação bilíngue. Neusa lecionou em Roraima nos anos de 1973, 1977, 1981, 1986 e ainda de 9 a 13 março de 1987, promoveu o Seminário de Educação e Cultura no Palácio da Cultura do Território de Roraima. O trabalho desenvolvido nesse seminário visava à formação de professores indígenas para o ensino bilíngue Macuxí-Português como forma de preservar a língua, diminuir as desigualdades sociais e promover o exercício da cidadania pelos indígenas.



Ao concluir o Seminário, Neusa Carson defendeu, em sua fala final, a necessidade de um modelo para o ensino da segunda língua, “seja ela o Português ou o Macuxí”, e o direito de os indígenas atuarem na vida política e econômica do país.

Neste ano, a colaboração da colega Adelma Trindade, também professora na Universidade Federal de Santa Maria, foi fundamental para a implantação do projeto de escrita da língua Makuxí baseado no estudo de Neusa Carson “A criação dos grafemas Macuxí: fundamentos linguísticos”.

A experiência de tomar contato com uma língua tão diferente trouxe a Neusa o impulso de seguir sua formação na área da Linguística e mesmo tendo já concluído um mestrado, dedicou-se a novo mestrado. Entre os anos de 1974 e 1976, realizou o *Master of Philosophy* na Ohio State University (USA) com a dissertação “*Controversies in the classification of south American indian languages*”. Dando continuidade aos estudos e às pesquisas com o Macuxí, Neusa Carson defendeu seu PhD na University of Kansas (USA), em 1982, com a tese “*Phonology and morpho-syntax of macuxi (carib)*”. E em 1985, realizou seu pós-doutorado em línguas indígenas na University of California, Berkeley (USA).

Com uma trajetória intensa e muito produtiva, Neusa Carson publicou onze artigos em revistas especializadas em línguas indígenas e apresentou 32 trabalhos em eventos nacionais e internacionais. Foi Professora Visitante na PUCRS e na Universidade Católica de Pelotas, Professora Assistente na University of Kansas (USA), Pesquisadora Associada da University of Berkeley (USA) e Pesquisadora Associada Sênior da Universidade de Brasília (UnB). Orientou quatorze trabalhos de especialização e cinco de mestrado, todos na Universidade Federal de Santa Maria.

Ela foi a primeira linguista brasileira a se dedicar ao estudo descritivo de uma língua da família Carib, o Macuxí, trazendo à luz fenômenos sintáticos e fonológicos ainda hoje relevantes para as discussões sobre as línguas Carib. Seu trabalho não se restringiu ao estudo do Macuxí, em uma atitude visionária, procurou despertar o interesse para a criação de um arquivo brasileiro das línguas indígenas ainda faladas no país.



Buscou financiamentos e parcerias e travou contato com vários pesquisadores estrangeiros e nacionais especialistas em línguas indígenas. Nas cartas trocadas com Desmond Derbishyre, professor da London University, percebe-se o surgimento do embrião do que mais tarde viria a se tornar o famoso manual *The Amazonian Languages* organizado por Alexandra Aikhenvald e Robert Dixon.

Por uma fatalidade, as aspirações de Neusa Carson cessaram, mas a documentação constante de seu Fundo Documental custodiado pelo Centro de Documentação e Memória do Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria nos revela um episódio importante da história da construção disciplinar dos cursos de Letras e de Linguística no Brasil, em especial, do estabelecimento do estudo das línguas indígenas nas universidades federais.

O Fundo Documental Neusa Carson provoca os pesquisadores interessados a revirarem não só a papelada arquivada, mas principalmente a história do país que vivia, naquele momento, seu processo de redemocratização com implicações diretas para as populações indígenas, a pesquisa científica e a educação nacionais. Infelizmente, a morte prematura da pesquisadora e linguista tirou de cena uma grande articuladora das pioneiras pesquisas com línguas indígenas no Brasil.

3. Da missão: um missionário, um propósito, um acervo⁴

Se qualquer um de nós digitar no campo de buscadores da Internet o nome “Carlo Zacquini”, irá se deparar com vasta lista de assuntos, notícias, e registros múltiplos sobre diferentes temas relacionados aos povos originários da Amazônia Setentrional, em especial do povo Yanomami. Zacquini, como é por muitos chamado, é de origem italiana e, desde que chegou ao Brasil, em 1965, conviveu por mais de 50 anos com os Yanomami,

⁴ As informações aqui constantes derivam de uma série de entrevistas efetuadas por Marcos Maciel Lima Cunha com o Irmão Carlo Zacquini ao longo do tempo, conforme referências.



sendo inclusive um dos membros fundadores da CCPY – Comissão Pró-Yanomami⁵, que foi o movimento embrião no processo de demarcação da Terra Indígena Yanomami em território brasileiro⁶.

Referência na luta pelos direitos indígenas, Carlo Zacquini nasceu aos três de maio de 1937 no norte da Itália e era bastante jovem quando conheceu o Irmão⁷ Giuseppe Sammarini, missionário do Instituto Consolata⁸, que desenvolvia atividades com eletricidade, mecânica e marcenaria. Admirado pela atuação do religioso, Zacquini, que na época cursava os primeiros anos do segundo grau, abandonou a escola para dedicar-se ao trabalho voluntário com o Irmão Sammarini, mesmo contrariando o desejo da família que esperava a conclusão dos estudos.

Em 1953 Zacquini mudou para cidade de Alpignano, próximo a Torino, onde havia uma casa para preparação de missionário do Instituto Consolata. Ali realizou seus estudos religiosos, bem como seu preparo para a missão, formando-se missionário leigo em 02 de outubro de 1957, aos 20 anos (Cunha, 2019). Entretanto, logo em seguida a casa de vocações e o seminário entraram em crise e a casa de formação missionária foi fechada, implicando no envio dos missionários a várias partes do mundo fora da Itália. Conforme Cunha (2019, p. 49), “Zacquini sonhava em se formar missionário e ir para a África, onde havia povos indígenas, dos quais ouvia falar”, e sobre os quais pode ler publicações a respeito. Não eram tão abundantes na região as leituras sobre os povos originários da América.

⁵ Criada em 1978, a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), originalmente denominada Comissão pela Criação do Parque Yanomami, tinha como objetivo lutar pela demarcação da Terra Indígena Yanomami. Após 13 anos de longa, ampla e ininterrupta campanha nacional e internacional a Terra Indígena Yanomami foi oficialmente demarcada em 1991 e homologada e registrada em 1992 (<http://www.proyanomami.org.br>).

⁶ O Povo Yanomami tem seu território distribuído pela área que hoje, a partir da delimitação das fronteiras coloniais, referem-se à República Bolivariana da Venezuela e à República Federativa do Brasil, sendo que, em território brasileiro, localiza-se nos estados de Amazonas e Roraima.

⁷ De acordo com Cunha (2019) trata-se de pessoa consagrada para a vida missionária que dedica tempo para a missão. O irmão não tem a mesma atribuição que um padre, já que não pode celebrar missas, cerimônias de casamento, batizados, entre outros.

⁸ O Instituto Consolata para Missões Estrangeira, atualmente Instituto Religioso Missionários da Consolata foi criado em 29 de Janeiro de 1901 em Turim na Itália, por José Allamano. Sua missão é formar missionários para evangelização.



Zacquini que se aprimorava em técnicas de mecânica geral, foi destinado a Roraima em 1965, com o objetivo de fundar uma escola profissionalizante na área periférica de Boa Vista, capital do então Território Federal, que pudesse atender tanto indígenas como não indígenas nas áreas de mecânica em geral e marcenaria (Cunha, 2019). Chegando ao Brasil começou a estudar a língua portuguesa e, aos poucos, foi conhecendo o lugar e as pessoas, inclusive indígenas Macuxi que vinham de suas comunidades à capital, para resolver questões pessoais e burocráticas e, nessas oportunidades, se hospedavam na Prelazia⁹, onde Zacquini vivia. De modo particular travou contato com o Tuxaua¹⁰ Gabriel Raposo, com quem teve bastante conversa:

[...] Gabriel que lhes contou sobre as lutas do seu povo pela sobrevivência, contra o sofrimento, abusos, aos quais o seu Povo estava submetido. Foi nessas conversas, de acordo com Zacquini, que teve o seu primeiro “banho de indigenismo”. A situação relatada pelo indígena Macuxi foi importante para a compreensão das situações da época (Cunha, 2019, p. 51).

Cunha (2019) destaca um trecho recolhido a partir de entrevista realizada com Carlo Zacquini por Abreu (2016, p. 27), onde podemos ler sobre suas emoções durante esse contato: “Era um encontro que me deixava emocionado, revoltado, e, ao mesmo tempo, dava uma carga, uma vontade de fazer alguma coisa para mudar essa situação, essa experiência desse tuxaua”.

Rapidamente sensibilizado pela causa indígena encontrou, durante uma atividade de campo em 1º de maio de 1965, um grupo de indígenas Yanomami no Rio Apiaú que estava tendo seus primeiros contatos com a sociedade não indígena. Este encontro durou três dias e foi um divisor de águas na vida de Zacquini que, vendo nos indígenas “[...] a beleza, a alegria, a simplicidade no modo de fazer de viver e sobreviver, e da forma de como eles utilizam todos os recursos da Natureza [...]”, desejou conhecer mais profundamente aquele povo e sua cultura (Cunha, 2019, p. 52). Foi então que, em janeiro

⁹ Prelazia é o nome de uma estrutura eclesiástica que compreende um prelado, clérigos e leigos que se dedicam a atividades pastorais específicas. O prédio da Prelazia em Boa Vista, foi construído em 1909, pela Ordem dos Beneditinos e, durante os anos seguintes, serviu de residência oficial de padres e bispos.

¹⁰ Tuxaua é a designação da liderança dos povos indígenas dessa região, equivalente ao sinônimo Cacique.



de 1968, foi designado para acompanhar as atividades de um colega missionário, Padre Bindo Meldolesi, fundador da Missão Catrimani¹¹, que já atuava com o povo Yanomami há algum tempo, mas permanecia com dificuldades de aprender a língua.

Nesse período de estadia junto aos Yanomami, Zacquini teve de aprender a caçar. A ajuda de vários indígenas que sabiam onde encontrar as caças possibilitou o aprendizado, uma vez que a cada caçada eram grupos diferentes de indígenas. Por sua vez, estes permaneciam no local da missão por longos períodos, passando, inclusive, a construir moradias ali, pois suas casas e roças eram distantes e sempre que podiam se deslocavam até lá em busca de bananas e outros produtos da roça. Foi nesse contato diário, que Zacquini começou a identificar e a escrever as primeiras palavras na língua indígena. Iniciaram-se as primeiras conversas e assim passou a compreender a necessidade daquele povo. Mesmo que parecesse difícil de entender, não mediu esforços para ajudar no que estava ao seu alcance.

O contato com os Yanomami foi o início de uma longa, maravilhosa e importante história, tanto para Zacquini quanto para os Yanomami. Nessas trocas de conhecimentos e vivências, percebe-se as diferenças do mundo não indígena para o mundo Yanomami. Numa conversa com Carlo Zacquini, foi possível notar sua percepção em relação à cultura indígena e o seu propósito, quando afirma com muito entusiasmo:

[...] desde que eu saí da minha casa para me tornar missionário, me senti um estranho por que eu saí de um lugar onde se falava um dialeto, e onde eu fui ninguém falava esse dialeto, falava um parecido, mas bem longe daquilo que era o meu, e então, isso me deixou um pouco desorientado, bom eu achei que realmente estava perdendo alguma coisa. O que eu queria e tinha na mente era, inclusive, ir ajudar outros povos a não perder os seus dialetos, não só os seus dialetos, suas línguas, seus modos de viver, de pensar, e ajudar para que fossem respeitados.

¹¹ A Missão Catrimani nasceu junto aos Yanomami sob duas diretrizes básicas: respeito para com o equilíbrio sociocultural da população e acompanhamento dos Yanomami para que conseguissem, sem sofrer grandes traumas, adaptar seu estilo de vida às violentas mudanças ambientais e sociais causadas pelas invasões.



(Entrevista concedida a Marcos Cunha e Anna Bottesi, em Maio 2016)

Hoje, Zacquini escreve e fala a língua Yanomami. A idade não lhe permite estar junto aos Yanomami em suas terras, mas isso não lhe pôs limite aos seus anseios, que é continuar defendendo as causas daquele e de outros indígenas, não só escrevendo textos, encaminhando denúncias, rebatendo críticas, mas com o arquivo que criou.

Da experiência de toda uma vida, Zacquini entendeu pertinente sistematizar o material coletado ao longo dos anos em um acervo organizado. Assim, idealizou o hoje denominado Centro de Documentação Indígena (CDI). O CDI está vinculado ao Instituto Missionário da Consolata. Conforme bem registra Cunha (2019, p. 57), “Zacquini tem sido não apenas o idealizador deste espaço, mas também um divulgador de todo o trabalho que desenvolveu ao longo dos anos”, o que implica em disseminar informações e dar visibilidade à causa indígena até o presente. Seria justo que, ainda em vida, ele recebesse uma homenagem, dando seu nome ao seu projeto: Centro de Documentação Indígena Carlo Zacquini. O CDI foi pensado e criado com um propósito muito claro, continuar oferecendo subsídios para o fortalecimento dos movimentos em defesa das causas indígenas. Buscando desconstruir a ideia, muitas vezes veiculadas nos meios de comunicação, de que nós povos indígenas somos o empecilho para o desenvolvimento do país, que não contribuimos em nada e que vivemos na miséria com a demarcação e homologação de nossas terras.

O CDI vem se firmando não apenas como acervo de materiais, documentos e preservação da memória, mas como local de trocas, pesquisas, avanços e encontros sobre a temática indígena, em especial a amazônica. Seu surgimento tem gerado impactos positivos para o mundo acadêmico, e tem sido procurado por muitos pesquisadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros, resultando em teses, dissertações, artigos, trabalhos de conclusão de cursos (TCC), documentários, além de promover debates, seminários e minicursos.



4. Arquivos pessoais e memória coletiva

Os arquivos pessoais são conjuntos de papéis e de material audiovisual reunidos ao longo da vida de uma pessoa. O uso imperativo da escrita na vida dos sujeitos, sustentado pelas escolas e pela burocracia civil, motiva a constituição de arquivos pessoais fruto da necessidade de gestão e guarda de papéis que registram nossa existência nessa sociedade. Esta é uma prática concernente a uma sociedade profundamente vinculada à cultura escrita. Sendo uma atividade vinculada à gestão da informação gerada a respeito da própria vida, os arquivos pessoais se constituem em dois momentos distintos que respondem a diferentes motivações. Segundo Belloto (2004, p. 266), o primeiro momento é a acumulação motivada pelo uso cotidiano de documentos como uma forma de comprovar a existência civil do sujeito perante as instituições ou um modo de remeter a seus relacionamentos com pessoas. Este processo se caracteriza como uma prática dinâmica operada em diferentes temporalidades e por diferentes motivações e que expressa a relação dos titulares com a guarda dos seus papéis ao longo dos anos.

O segundo momento é o da preservação, porque o arquivo pessoal extrapola a finalidade jurídica, profissional ou pessoal do seu titular, seu uso, assim, torna-se voltado à pesquisa científica. Por isso, é importante o levantamento da história de cada arquivo, o papel das pessoas envolvidas na acumulação e no ordenamento dos papéis tanto antes quanto depois da morte do titular. Todo esse empenho serve para atribuir a esse acúmulo documental um valor histórico ou patrimonial (Heymann, 2009, p. 45).

Em ambos os momentos, o que podemos perceber é a vinculação do arquivo com a história de seu titular, o que em muitos casos é o que o torna relevante. Frente a esta visão de arquivo para uso da memória individual, há a existência da memória coletiva - de um grupo, uma comunidade ou nação. Esta memória coletiva é fruto de uma reconstrução racional do passado que acentua e reforça a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. Nesses casos, a memória de um acontecimento do qual não participamos depende da possibilidade de termos acesso a este acontecimento. Este acesso depende da existência de registros escritos, orais, documentais ou arqueológicos



que os retornem à vida da comunidade. Somente após a reconquista plena dos territórios e a devida gestão territorial e ambiental é possível fortalecer a salvaguarda da memória e da cultura. Esses aspectos culturais não são estáticos, uma vez que são processos dinâmicos e se expressam por meio de danças, cantos e história oral. Por isso as questões territoriais são mais relevantes na documentação arquivada e antecedem os esforços de manutenção da cultura e do patrimônio indígena. A partir da posse da terra, a transmissão das memórias preservadas nos acervos para os mais jovens do grupo é importante, porque não basta conservar traços do passado do grupo é preciso revigorar a vida linguística e cultural da comunidade.

A essas memórias nem sempre visibilizadas pela história oficial, Michael Pollak (1989, p. 3-15) designou de “memórias subterrâneas”, fazendo referência exatamente às camadas desprestigiadas nos relatos da história oficial. Para Pollak, o papel do historiador seria o de trazer à superfície memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. A emergência dessas memórias revela a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. Essa luta que se trava pela incorporação das memórias marginalizadas, é uma luta pela afirmação, sobretudo, no caso aqui exposto, pelo direito à terra.

A complexidade das relações entre os acervos pessoais e a memória coletiva que buscam preservar vem do estatuto dos arquivos, que permitem restituir um passado, e do estatuto da memória, como operação de escolha de momentos a serem guardados. Vale assim questionar em que medida os acervos pessoais revelam as sensibilidades de um grupo e como poderiam colaborar para a obtenção de um entendimento mais sutil dos fenômenos de memória coletiva. Nos dois casos que tratamos neste artigo, a importância dos acervos acumulados e guardados ao longo de anos pelo titular, por sua família ou por instituições se deve ao fato de que neles se encontra informação relevante para a história de outras pessoas, de outros povos que não tinham escrita e que não possuíam a prática de guardar papel em suas sociedades.



A importância das memórias guardadas nesses acervos pessoais diz respeito à história da luta pela demarcação das terras indígenas e à revitalização de suas línguas e culturas. A motivação individual que levou a esse acúmulo de material ultrapassa a necessidade pessoal de comprovação da existência do sujeito frente a instituições nacionais, pois assenta-se na necessidade de comprovação da luta pela demarcação da terra, da existência e do registro de documentos oficiais que demonstram a perseverança burocrática na busca por uma solução. Além de documentarem a vida pública da comunidade, servem também como memória de eventos e episódios anteriores que não foram vividos pelos membros do grupo que atuam politicamente no momento presente.

A questão é se podemos afirmar que o acesso a esses acervos pessoais permitirá o reajuste da memória histórica da comunidade. Como este ajuste é um processo vivo, reajustes constantes são realizados nos elementos-chave dessa memória, muito em função das necessidades do presente e dos desafios que o grupo enfrenta. Por isso, a relação entre os níveis individual e coletivo nos confronta com a questão do estatuto do testemunho individual, seja na forma de depoimentos orais, seja de documentos escritos. Quando só há um testemunho de certo acontecimento, que estatuto se deve atribuir a esse depoimento? Será que um indivíduo pode revelar a vivência coletiva?

De fato, não é o depoimento que determina ou não sua suficiência, o entendimento de um testemunho também depende da capacidade de enquadrá-lo em um conjunto maior fruto da memória coletiva. Esse exercício de enquadramento é uma das atividades desempenhadas por quem organiza ou lê os documentos presentes em um arquivo. Traz, portanto, a perspectiva própria do sujeito que desempenha essas atividades, misturando o pessoal e o coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetoológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 15 • Número 44 • Dez 2025

Dossiê: Arquivos de Cultura e Línguas Indígenas



<http://dx.doi.org/10.61389/r2wwn695>

HEYMANN, Luciana Quillet. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 2, 1989.

Recebido em: 07/07/2025 | Aprovado em: 02/08/2025
Publicado em: 05/09/2026
